

005ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 15MAI2017

Pauta: Reforma da Previdência Social

O SR. PRESIDENTE (Airo Ferronato): (19h20min) Estão abertos os trabalhos da presente Audiência Pública.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes): Senhoras e senhores, boa noite. Na presença do Sr. Presidente desta Audiência Pública, Ver. Airo Ferronato, passamos à leitura do Edital (Lê.): “Audiência Pública com o objetivo de debater sobre a Reforma da Previdência Social. O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para Audiência Pública a ocorrer no 15 de maio de 2017, às 19 horas, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizado na Av. Loureiro da Silva, nº 255, nesta Capital, com o objetivo de debater o tema acima referido. Gabinete da Presidência, 24 de abril de 2017. Vereador Cassio Trogildo, Presidente”.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública: Sr. Vilson Antonio Romero, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Anfip; Sr. Adelto Rohr, Diretor Financeiro do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre – Simpa; Sr. Marcelo Furtado, Presidente em exercício da Força Sindical; Sr. Marco Aurélio Baumgarten de Azevedo, Presidente da Delegacia Sindical, em Porto Alegre, do Sindifisco Nacional; Sr. Joarez Tejada Franceschi, Presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre; Sr. Daniel dos Santos, representante do Presidente da Federacon-RS; Sr. Altemir Feltrin da Silva, Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Estado do Rio Grande do Sul – Sindifisco-RS; Dr. Gilberto Schäfer, Presidente da Ajuris.

O Ver. Airo Ferronato, Presidente desta Audiência Pública, está com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Airo Ferronato): Boa noite a todos, nós pretendemos, aos poucos, ir nominando todos os presentes. Quero dizer que convidamos 27 representações, entre sindicatos, associações, federações, temos em torno de 15, e,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

como nós temos espaço para 9, buscamos essa formação, mas sintam-se todos presentes conosco na Mesa. Vou citar a presença do Antônio Elisandro de Oliveira, Presidente do meu partido, o PSB, do nosso Vice-Presidente Mauri, nós temos também o nosso Diretor Financeiro, o Eroni, ex-Secretário da Fazenda, e a nossa Diretora Sophie.

A partir de agora nós temos algumas regras a seguir que são do regimento da Câmara, não seremos tão rigorosos. Mas inicialmente, além da Mesa, abriremos 10 inscrições, cada inscrição tem a possibilidade de falar 5 minutos. Portanto, já estão abertas as inscrições na Diretoria Legislativa.

Registro a presença do Sr. Ademir Spannemberg, da Secretaria da Fazenda; o Sr. Marcelo Furtado e o Sr. Osvaldo de Oliveira, da Força Sindical; Sr. José Arni, Diretor do DMAE; Sr. Gilberto Schäfer, da Ajuris; Sr. Gustavo Borsa Antonello, também da Ajuris; Sr. Marco Aurélio Azevedo; Sr. Nereu Capeletti, da Receita Federal; Sr. Adolto Rohr, do Simpa; Sr. Joarez Tejada Franceschi; Sr. Edson de Souza Vieira, Sindifisco Nacional; Sr. Altemir Feltrin da Silva; Sr. Sandro Farias, da Aiamu. Bem-vindo a todos e damos por início os nossos trabalhos.

O Sr. Vilson Antonio Romero, Presidente, que foi um dos nossos capitães desse encontro, nos encontramos e combinamos esta reunião na noite de hoje, está com a palavra.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO: Nobre Vereador, Aírto Ferronato, que preside esta audiência, senhoras e senhores, é extremamente importante este momento, em que Porto Alegre, através do seu Legislativo Municipal, pretende debater e tornar público o esclarecimento sobre uma matéria que, há mais de um ano, angustia a população brasileira. A reforma da Previdência atinge a todos e a todas indiscriminadamente, e me parece que temos que ter, no mínimo, uma visão crítica sobre o que está sendo pretendido pelo Governo Federal. E esse debate não começou agora, mas já vem desde o governo Dilma e Temer, onde se renunciava uma mudança de sete pontos fundamentais, que a partir de então, motivaram, inclusive, a organização dos trabalhadores, em torno de diversos segmentos sociais, centrais sindicais, e acima de tudo, permitiram à entidade que represento. Hoje tenho a honra de presidir a Anfip, que, há 67 anos, milita e atua na área da previdência, por ter sido constituída em 1950, pela União dos Auditores Fiscais e Tesoureiros dos antigos IAPs. E nós, desde a Constituição

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

cidadã de 1988, estudamos a seguridade social, o conjunto dos programas de redistribuição de renda e as suas fontes de financiamento. E tem sido influenciado e tem permitido fazer o principal contraponto a essa reforma.

Eu gostaria que a técnica me ajudasse para colocar um vídeo, simples, que, de fato, representa um resumo de algo que, há 20 anos, publicamos, que é a análise da seguridade social. (Pausa.)

De qualquer forma, esse vídeo resume, em dois minutos, o trabalho que a Anfiop tem feito na análise do orçamento da seguridade social que compreende as ações. Enquanto a técnica resolve, ele resume algo que, há 20 anos, publicamos, que é a análise da seguridade social, uma publicação que está disponível na anfiop.org.br, que eu, modestamente, reputo como a Bíblia da seguridade social. E, desde então, nós temos analisado aquilo que a Constituição cidadã trouxe que é o conjunto das fontes de financiamento da seguridade cotejados com os programas sociais nas áreas de previdência, assistência e saúde. E temos comprovado ao longo de todo esse tempo que o arrecadado supera e muito o despendido. E isso tem incomodado os governos, não só este, mas outros que pretenderam fazer a reforma, e tem permitido fazer o contraponto.

Hoje ainda assistia a CPI da Previdência, novamente se debatia lá com a presença da Advocacia-Geral da União, de outros especialistas, e era mencionada a Anfiop e seus estudos. A partir dessas quase duas décadas de análise de trabalho, nós temos permitido fazer ou tornar público, exatamente isso que tem nos preocupado, o Governo, a partir de um alegado déficit, de um alegado rombo, tenta promover uma reforma, que nós temos comprovado que a efetividade da receita federal, da receita tributária, permite que nós continuemos promovendo todos esses programas sociais, que efetivamente encaminham para que o Brasil seja menos desigual. A própria Previdência, nos últimos dez anos tirou mais de 26 milhões de pessoas da condição de estar abaixo da linha da miséria. E por que isso? Porque efetivamente é o maior programa de redistribuição de renda do mundo ocidental.

O ator global Herson Capri se incorporou a um trabalho que a Anfiop tem feito, e já estamos no segundo vídeo em que ele mostra efetivamente as desigualdades do Brasil e contrapõe a isso que o governo pretende, de fazer uma reforma da Previdência... (Pausa.)
Vamos proceder à apresentação.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

(Procede-se à apresentação em vídeo.)

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO: Então, senhores, exatamente nesta linha, reunimos a academia para fazer este questionamento de querer implantar uma ditadura demográfica no Brasil, usando como paradigma as comunidades europeias e os países escandinavos, com índices muito maiores de desenvolvimento humano, em especial num País que continua tão desigual. Olhemos Porto Alegre. Vamos analisar a expectativa de vida na região nobre de Bela Vista, Higienópolis, Moinhos de Vento comparado à Vila Bom Jesus, Vila Cachorro Sentado. Não há como fazer este tratamento de tornar iguais, exigir regras iguais para pessoas tão desiguais. Por isso, além de questionarmos a existência do rombo na previdência, questionamos, efetivamente, neste Brasil continente, a tamanha desigualdade. Por isso, temos que continuar lutando, para, de fato, termos uma melhora na nossa previdência, um ajuste na nossa previdência, mas não de forma tão brusca, com formas tão radicais, penalizando a trabalhadora do campo, a professora do ensino básico, a mulher policial, e, como um todo, a população brasileira, em especial o deficiente carente, o idoso carente. O governo está criando regras, apesar de ter amenizado, muito cruéis, numa reforma extremamente draconiana e excludente. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Aírto Ferronato): O Sr. Adelto Rohr, Diretor Financeiro do Simpa, está com a palavra.

O SR. ADELTO ROHR: Boa noite a todos; cumprimentando o Ver. Ferronato, cumprimento toda a Mesa. Eu só queria lembrar e dizer que o Sindicato dos Municípios de Porto Alegre tem se manifestado sempre no sentido da defesa dos trabalhadores e, por conta disso, ele se posiciona contra a reforma da previdência. O que nós temos visto no último período é que só um governo que não tem a representatividade dos votos e um Congresso que não tem moral para apresentar uma discussão e propor uma reforma da Previdência seria capaz de propor algo como está sendo proposto. Já foi referido aqui – aí eu queria lembrar – que as mulheres serão as mais penalizadas, como as professoras,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

que terão 15 anos a mais de contribuição pela proposta apresentada da reforma da Previdência. Foram feitas pequenas alterações para tentar justificar o grande ataque que estava sendo proposto: os benefícios de prestação continuada, que são para as populações de mais baixa renda, que tiveram por algum período uma redistribuição de renda, perderão esses benefícios.

Muitos estudos, inclusive acadêmicos, combinados com esses que foram feitos pelo Sindifisco e vários sindicatos ligados à arrecadação do Brasil, nos Estados inclusive, já apresentaram que a Previdência não tem déficit, a seguridade social não tem déficit. Nós temos, no Congresso Nacional, vários Parlamentares que deveriam estar impedidos de participar da discussão e da votação da reforma da Previdência. Por quê? Porque são empresários sonegadores de tributos públicos, que são os tributos que vão dar sustentação para a seguridade social, e isso nós temos que colocar e denunciar. O vídeo apresentado por Herson Capri se manifestando, vários atores têm se manifestado contra a reforma da Previdência por conta disso. Temos que conseguir colocar essa discussão para que a população entenda o que está sendo feito, o que está sendo proposto. Na iniciativa privada, a grande parte da população, e foi apresentado no vídeo, não terá condições de se aposentar, porque, como foi colocado, a metade da população, economicamente ativa, não consegue cumprir, sequer, meio ano de trabalho a cada doze meses. Ou seja, para cumprir os 25 anos de contribuição e 49 para que ele tenha aposentadoria integral, ainda calculada pela média, eles não vão conseguir, com 65 anos, cumprir as duas regras para se aposentar. No serviço público, teoricamente, ainda conseguiria se chegar nessa proposição, mas há muitos cargos, como os dos trabalhadores rurais, que foram referidos aqui, os trabalhadores operários da construção pesada, da metalurgia, das indústrias, eles não conseguirão trabalhar até os 65 anos, as suas vidas úteis laborais terminam muito antes e eles terão que cumprir isso. E na iniciativa privada, como já comentei, terão dificuldades por conta da rotatividade do seu emprego, vão ter que buscar emprego e terão dificuldade para fazer isso.

O que nós temos que fazer? Todas as mobilizações que estão ocorrendo Brasil a fora, a greve geral do dia 28, e no dia 24 de maio, a marcha em Brasília vai trabalhar por conta de uma articulação de todas as centrais sindicais, contra a reforma da Previdência. Por conta disso, nós temos que continuar esclarecendo e passar para todos os trabalhadores

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

que tem que ter unidade em todos os sentidos. Não somente os trabalhadores da iniciativa privada, o serviço público também está sendo atacado, já foi com a reforma de 2003 quando a aposentadoria passou a ser pela média das contribuições, já foi um baque significativo e tu vais contribuir e receber 80% das melhores médias de contribuições que tu terás. Então, isso já foi um ataque, pois vamos contribuir e não vamos receber a totalidade do que contribuimos. Muitos empresários sonegam impostos, que não vão para seguridade social. E, bom, nessa lógica, teria que ter um rombo, mas se a gente fizer todo o cálculo do que se deve arrecadar não aparenta o rombo que está sendo apresentado pelo Governo para justificar a reforma da Previdência. Por isso, temos que manter a unidade no sentido de disputar com o Governo e dizer “não” à reforma da Previdência. Os trabalhadores têm que estar unidos nesta luta. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Airo Ferronato): Quero registrar as presenças: Ver.^a Sofia Cavedon; Jorge Loss, Presidente do Sindicâmara; Luiz Mesquita; Augusto Ferronato; João Pereira, do Sindec; Marisa da Silva; Messias Eduardo Santos; Eduardo Dias Porto; Elisabete dos Santos Diniz; Gilberto Cita; Paulo de Tarso; Paulo, da Associação dos Procuradores de Porto Alegre; Celso dos Santos, da Aiamu; Jacinta Mate, do DEP.

O Sr. Marcelo Furtado está com a palavra.

O SR. MARCELO FURTADO: Boa noite a todos e a todas aqui presentes, cumprimentado o Sr. Presidente, Ver. Airo Ferronato, cumprimento a todos que estão à Mesa. Pessoal, poderíamos estar fazendo uma audiência pública aqui para ver de que forma, de que maneira convenceríamos o Governo Federal a empregar esses 14 milhões de desempregados que estão aí, no Brasil, hoje. São 14 milhões de desempregados, é dinheiro que deixa de girar na economia do País. A gente não vê o Governo Federal fazer com que se alavanque o Brasil de novo; não se vê nada, não se vê uma iniciativa desse Governo para investir na indústria brasileira, fazer um plano de Governo que realmente venha a trazer esses 14 milhões de desempregados que estão pelo Brasil. Estamos aqui discutindo uma coisa que é muito séria, a reforma da previdência, que estão nos enfiando goela abaixo no Congresso. Essa reforma da previdência teria que ter um amplo debate em toda a sociedade, porque é toda a sociedade que vai ser atingida com a reforma da

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

previdência. Como disse o colega municipal que me antecedeu, há diversos estudos e vemos o que as pessoas – procuradores – dizem sobre essa reforma da previdência. O que tem que acabar dentro da previdência são os privilégios! Há privilégios dentro da previdência, que são os altos salários. É com isso que temos que acabar. Temos que ir atrás de bilhões e bilhões e bilhões devidos à previdência por grandes empresas. O Governo não acena nada no sentido de buscar esses bilhões de grandes empresas no Brasil, inclusive há deputados federais que estão hoje lá no Congresso votando a reforma da previdência e eles próprios devem à previdência. Não se vê um aceno do Governo para fazer isso.

Outra coisa que o Governo faz é retirar dinheiro da previdência para as questões sociais. Não tem que tirar dinheiro da previdência para as questões sociais, tem que tirar do caixa do Governo. O dinheiro da previdência social tem que ser usado para a previdência social. Não pode ser retirado para as questões sociais. Tem que ter investimento em questão social, mas que o Governo banque essas ações sociais e não tire da previdência. E aí, pessoal, quem se aposentará neste Brasil? Ninguém mais vai se aposentar no Brasil. Uma pessoa com 50 anos, 55 anos, 60 anos de idade, se for demitida, não pega mais emprego em lugar nenhum! Vamos ser bem sinceros: quem é que vai dar emprego para uma pessoa de 60 anos? Ninguém dá emprego. Vai dar para aquele jovem de 20, 30 anos, que está vindo para o mercado. Esses vão ser empregados. Então, o que vai ter que fazer? Vai ter que pegar uma máquina, cortar grama e vai pagar o carnezinho avulso, se quiser se aposentar. Não vai se aposentar mais!

E aí tem as questões mais graves que a gente vê dentro dessa reforma, que é o caso, por exemplo, dos companheiros metalúrgicos, que lidam com solda, com 60 anos. Imaginem um trabalhador com 60 anos lidando com solda! Imaginem o comerciante, que trabalha nas lojas em pé, o dia inteiro, com 60 anos de idade. Imaginem o bombeiro do posto de gasolina trabalhando em pé também e com aquele cheiro do etanol, da gasolina. Vocês imaginem um gari correndo atrás de um caminhão de lixo com 55, 60 anos de idade. Já imaginaram isso? Não falam isso! Aquela propaganda que o Governo Federal coloca na TV não fala sobre isso. Nós temos que falar sobre isso, temos que debater essas coisas porque são graves. Imaginem, como já foi citado aqui, um trabalhador da construção civil com 60 anos pegando um carrinho cheio de cimento, cheio de pedras, argamassa. Isso o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

Governo Federal não coloca. Querem enfiar goela abaixo! Pelo amor de Deus! Isso tem que ter um amplo debate na sociedade; não um debate de um, dois meses. É necessário um amplo debate na sociedade. E estamos vendo que o povo está acordando, sim, para a reforma da previdência. O povo está acordando. A greve do dia 28, como já foi citado aqui, foi um momento, foi o começo de tudo. A gente viu que as pessoas não foram trabalhar, mas não porque não tinha ônibus ou porque não tinha trem; as pessoas não saíram de casa, as paradas de ônibus vazias, os carros vazios, os táxis-lotação, que esse Governo da Prefeitura liberou para carregarem passageiros em pé, estavam vazios. O pessoal aderiu à greve; mas aderiu mesmo, não é porque não tinha ônibus. O pessoal não saiu de casa! O dia 28, foi o maior evento, em toda a história do Brasil, nas redes sociais. E a gente vê hoje que não foram só os sindicatos que foram para a rua reivindicar. O Judiciário foi para a rua. O Judiciário parou, trancou avenidas de Porto Alegre! Jogadores de futebol estão protestando nos jogos – da série B e da série A – com tarja preta nas camisas – não sei se vocês já viram. Tarja preta nas camisas! E vão fazer protesto nas partidas de futebol também. A Igreja, os padres, os bispos estão colocando nas redes sociais que são contra essa reforma. Então, pelo amor de Deus, parece que é só o Governo que não está vendo isso; parece que são só aqueles deputados, e a grande maioria são aqueles deputados envolvidos na Lava Jato.

Então, pessoal, eu acho que essas audiências públicas são exatamente para isso: para nós conseguirmos passar essa mensagem de como a sociedade será prejudicada com essa reforma da previdência. Não são só alguns; são todos os brasileiros que serão prejudicados – todos! E nós temos que informar a nossa sociedade. As centrais, todas elas, nem a ditadura conseguiu, nem o FHC, conseguiu unir. Mas o Governo Temer conseguiu fazer isso! E as centrais estão unidas mesmo, fazendo boletins em conjunto. E nós, aqui do Rio Grande do Sul, estamos fazendo um boletim informando a sociedade sobre como era a previdência antes e como vai ficar a previdência depois; como é a reforma trabalhista agora e como será depois da reforma trabalhista. Se nós informarmos a sociedade, eu tenho certeza de que toda a sociedade virá para esta luta, junto conosco do movimento sindical e dos trabalhadores do Brasil. (Palmas.)

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

O SR. PRESIDENTE (Aírto Ferronato): Registramos as presenças da Ver.^a Fernanda Melchionna, da Ver.^a Sofia Cavedon, do Sr. Olivério Nunes Bolina, da Sra. Tâmara de Farias, do Sr. Antônio Elisandro de Oliveira, do Sr. Luis Carlos de Almeida pela Câmara Municipal de Porto Alegre, do Sr. André Barros Correa, da Sra. Patrícia da Costa e do Sr. Valmor Henriques que representa a nossa Associação da PGM.

O Sr. Marco Aurélio Baumgarten de Azevedo, Presidente do Sindifisco, está com a palavra.

O SR. MARCO AURÉLIO BAUMGARTEN DE AZEVEDO: Prezado Vereador, nosso colega de muitos anos, foi colega no Ministério da Fazenda, foi Auditor da Receita Federal também, depois passou para o ICMS, muito obrigado pelo convite, e, em seu nome, eu homenageio todas as entidades aqui presentes à Mesa e demais colegas, funcionários e Vereadores que vieram a este debate, a esta audiência pública.

Em primeiro lugar: esse Congresso tem moral para fazer uma reforma deste tipo? Um Congresso onde temos, como foi dito aí, vários deputados e senadores metidos na Lava Jato. Quantos deputados estão devendo, através de suas empresas, para a Previdência Social? Tem levantamento que fala em quatrocentos bilhões. Meu Deus, como é que a Previdência é deficitária? O que falta é cobrar. E esse pessoal entra na justiça e vai prorrogando, prorrogando e prorrogando para que as suas dívidas nunca sejam pagas. Fora isso, os dados que a Associação Anfip, uma entidade com mais de 50 anos, que sempre deu o apoio necessário ao Congresso sobre assuntos previdenciários, apresenta, todos eles, são extraídos dos dados fornecidos pelo governo, governo esse que fala com dados mentirosos, alegando que a nossa previdência é deficitária. Na realidade não é. Tanto não é deficitária que eles pegam 30% de DRU para as finalidades que eles querem. Como é que uma previdência tem dinheiro suficiente para entregar para o governo fazer outras coisas que não seriam da Previdência? Se eles têm esse dinheiro, então realmente está sobrando dinheiro, e não faltando, na Previdência. É mal administrado o orçamento do governo, que consegue sempre transmitir dados errados para a sociedade.

Nós temos, além desses assuntos todos, uma coisa que me preocupa muito na reforma dessa Previdência, que, para mim, não vai passar; e o nosso Sindicato é totalmente contrário a essa reforma da Previdência. Nós temos uma discussão muito séria, e eu

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

penso muito sobre as nossas pensionistas e as futuras pensionistas que vão encontrar uma regra que hoje reduz a mais de 60% dos ganhos de um funcionário público; se o casal, por exemplo, é trabalhador assalariado, e os dois ganham salário mínimo, ela vai ter que escolher entre o salário dela, que pode ser um salário mínimo e um pouquinho, ou o salário que era do marido. Então, querem que o país seja de primeiro mundo, mas nem no tempo da ditadura militar nos aplicaram um golpe tão grande. Eu realmente fico extremamente sentido com este governo, que não foi eleito, diga-se de passagem, e que está se aproveitando de uma situação em que deputados e senadores estão todos envolvidos em maracutaias e no toma-lá-dá-cá. É impressionante, no Congresso Nacional é um toma-lá-dá-cá, e as reformas só andam quando alguém tem uma contrapartida monetária para dar para alguém através de chefias, através de dinheiro propriamente dito. Então, em nome do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal de Porto Alegre, da nossa delegacia sindical, dizer que somos realmente contrários a esse absurdo que é essa pretensa reforma da Previdência. Obrigado. (Palmas.)

(Procede-se à apresentação de vídeo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Airto Ferronato): O Sr. Vilson Romero está com a palavra.

O SR. VILSON ANTÔNIO ROMERO: Senhores, esse vídeo resulta do trabalho, como eu disse para os senhores, que a Anfip faz há 20 anos, que é analisar as contas da seguridade social e efetivamente trazer a público o orçamento do nosso estado de proteção social, do nosso estado do bem estar social, digamos, ou seja, aquilo que está previsto na Constituição Federal, a exemplo do que aconteceu no início do século passado, lá no período pré-guerra, na Alemanha de Otto von Bismarck. E toda essa estrutura de proteção social está aí documentada e está à disposição no nosso site anfip.org.br. De fato, esse pequeno vídeo, simples vídeo, tem incomodado o Governo e tem feito e provocado, inclusive, o acionamento da Advocacia-Geral da União para amordaçar a Anfip. Fica aí como colaboração e um efetivo contraponto à reforma.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

O SR. PRESIDENTE (Airto Ferronato): Passamos a palavra ao nosso Joarez Tejada Franceschi, Presidente da Aiamu, Associação dos Agentes Fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre.

O SR. JOAREZ TEJADA FRANCESCHI: Boa noite a todas e a todos, em especial ao Presidente desta audiência pública, Ver. Airto Ferronato, em nome do qual eu cumprimento todos da Mesa. Para não ficar repetitivo quanto às questões da falta de condições desse Congresso de fazer essa reforma, de toda a realidade brasileira, eu queria fazer uma pequena reflexão: como é interessante que em um momento de crise econômica, em um momento de grande desemprego, se quer fazer no Brasil as grandes reformas, tanto trabalhista quanto previdenciária. Parece que é muito para desviar a atenção. Eu acho que hoje nós devíamos estar falando que há uma sonegação fiscal de R\$ 500 bilhões anuais no Brasil, e disso ninguém fala. Nesse momento de crise econômica seria hora de nós apertarmos a sonegação fiscal, seria hora de a gente combater essa impunidade que existe no Brasil, qual seja, da extinção da punibilidade para o sonegador. E, de outra parte também, não se fala quase nada do quanto se paga de juros neste país para os grandes bancos, para os grandes empresários, para os grandes investidores que investem na dívida pública brasileira, e que, no momento de crise, quando aumenta a taxa de juros, retiram 6% do PIB nacional. O Brasil gasta mais em pagamento de juro do que o que investe na saúde e na educação. E essas discussões acabam ficando por trás de toda a discussão da reforma trabalhista e previdenciária. Eu acho que esse Congresso não tem nem moral para fazer isso e, mais, eu acho que nós devíamos eleger para essas grandes reformas, e talvez até algumas sejam necessárias no Brasil, que possam ser revistas as relações trabalhistas, que possam ser discutidas com seriedade, com profundidade, com maturidade a questão previdenciária, mas não nessa realidade, e sim numa outra e logo ali na frente. Talvez a gente devesse, e eu sou a favor dessa ideia, ter uma constituinte só para que se façam essas reformas importantes. Ou os senhores acham que a reforma eleitoral vai acontecer no Brasil com candidatos eleitos dessa forma? É óbvio que não. Então, talvez, se nós elegêssemos uma constituinte provisória, estabelecendo que quem participasse dela não poderia participar de nenhuma função pública, nem no Legislativo, nem no Executivo, e, nos próximos dez

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

anos, talvez a gente tivesse a isenção necessária e importante para se reaver, para se revisar a Constituição na parte da reforma tributária, da reforma eleitoral, da reforma trabalhista, da reforma das relações previdenciárias. Poderia se fixar esses pontos e em meio ano se faria uma revisão que deveria, inclusive, passar por um referendo popular. Acho que essa reflexão é importante. E gostaria de dizer que não há condições de se fazer, neste momento, com 13 milhões de desempregados, com toda essa crise financeira, em que os culpados são quem? O trabalhador e o funcionário público. Eu acho essa reflexão muito importante de nós fazermos nesse momento em que acontece toda essa vontade e ficam por trás do plano as questões mais profundas do desarranjo econômico e financeiro que o Brasil apresenta. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Airto Ferronato): Com a palavra o Sr. Daniel dos Santos, representante da Federacon e também Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre. Só registro que mencionei aqui todos os nomes e presenças que preencheram a nossa ficha de audiência pública. Aqueles que não foram mencionados podem procurar o Lucas ou o Miguel para preencher os dados na lista de presenças.

O SR. DANIEL DOS SANTOS: Boa noite a todos, saudando o Ver. Airto Ferronato, agradecendo a honra de ter nos convidado, saúdo também todos os membros da Mesa que neste momento a compõe e que nos trazem à reflexão uma situação em que o país deve ficar atento, principalmente as camadas mais pobres da nossa população. Entendemos que a situação econômica do país, evidentemente, não é boa, e até por não ser boa, talvez não fosse o momento também de se falar em reforma da previdência, uma vez que entendemos que, se a economia estivesse forte, como outrora foi, talvez não estivéssemos aqui tão preocupados com a questão da previdência, que afeta diretamente o trabalhador. Como alguns já sabem, eu sou sindicalista, faço parte da Central dos Sindicatos – CSB, então tudo que o Marcelo Furtado falou eu assino embaixo, sobre os trabalhadores que não foram levados em consideração, aqueles que trabalham em condições insalubres, em condições de precariedade e que, com certeza, não chegam aos 60 anos na plenitude do seu desenvolvimento físico, sequer mental.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

Faço uma pequena leitura da carta aberta sobre a reforma da previdência, da OAB e do Conselho Regional de Contabilidade – do qual faço parte, como contabilista –, achei alguns trechos importantes, mas, como essa carta é de janeiro, talvez algumas coisas já tenham mudado, mas ela mostra a preocupação das nossas entidades de classe para com essa proposta (Lê.): “A PEC 287/2016 tem sido apresentada pelo Governo sob discurso de catástrofe financeira e ‘déficit’, que não existem, evidenciando-se grave descumprimento aos artigos 194 e 195 da Constituição Federal, que insere a Previdência no sistema de Seguridade Social, juntamente com as áreas da Saúde e Assistência Social, sistema que tem sido, ao longo dos anos, altamente superavitário em dezenas de bilhões de reais. O superávit da Seguridade Social tem sido tão elevado que anualmente são desvinculados recursos por meio do mecanismo da DRU (Desvinculação de Receitas da União), majorada para 30% em 2016. Tais recursos são retirados da Seguridade Social e destinados para outros fins, especialmente para o pagamento de juros da dívida pública, que nunca foi auditada, como manda a Constituição. Diante disso, antes de pressionar pela aprovação da PEC 287/2016, utilizando-se de onerosa campanha de mídia para levar informações questionáveis à população, exigimos que o Governo Federal divulgue com ampla transparência as receitas da Seguridade Social, computando todas as fontes de financiamento previstas no artigo 195 da Constituição Federal, mostrando ainda o impacto anual da DRU, as renúncias fiscais que têm sido concedidas, a desoneração da folha de salários e os créditos tributários previdenciários que não estão sendo cobrados”.

Recentemente, não sei, posso estar desatualizado, Ferronato, mas me parece que o Senador Paim conseguiu a quantidade de assinaturas para fazer a auditoria da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Airto Ferronato): Conseguiu.

O SR. DANIEL DOS SANTOS: Por isso, parece até que o Governo quer acelerar a aprovação da bendita, porque parece que tem boi nessa linha! Continuando (Lê.): “A proposta de reforma apresentada pelo governo desfigura o sistema da previdência social conquistado ao longo dos anos e dificulta o acesso à aposentadoria e demais benefícios à

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

população brasileira que contribuiu durante toda a sua vida. Dentre os abusos previstos na PEC 287/2016 destacamos os seguintes: Exigência de idade mínima para aposentadoria a partir dos 65 (sessenta e cinco) anos para homens e mulheres [o que agora andou mudando, parece que deram uma flexibilizada]; 49 (quarenta e nove) anos de tempo de contribuição para ter acesso à aposentadoria integral; Redução do valor geral das aposentadorias; Precarização da aposentadoria do trabalhador rural; Pensão por morte e benefícios assistenciais em valor abaixo de um salário mínimo; Exclui as regras de transição vigentes; Impede a cumulação de aposentadoria e pensão por morte; Elevação da idade para o recebimento do benefício assistencial (LOAS) para 70 anos de idade; Regras inalcançáveis para a aposentadoria dos trabalhadores expostos a agentes insalubres; Fim da aposentadoria dos professores. Além disso, a reforma da previdência prejudicará diretamente a economia dos municípios, uma vez que a grande maioria sobrevive dos benefícios da previdência social, que superam o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)”.

Bom, senhores, essa é só uma parte do cenário que nos espera. Hoje, vendo algumas informações no facebook, encontrei uma matéria em que o Presidente do Sinprofaz, Sr. Achilles Frias, trouxe algumas situações, que nós já tomamos ciência, das grandes empresas que devem à Previdência, e parece que o Governo não tem a mínima vontade de fazer a cobrança. Cita-se, por exemplo, a JBS, que deve R\$ 1,5 bilhão à Previdência, que não foi pago e nem se fala em pagar; o Bradesco, que deve R\$ 700 milhões e todo os trimestres apresenta balanços superavitários, com lucros exorbitantes, mas não faz questão de pagar a Previdência; assim também o Banco do Brasil, com R\$ 500 milhões; e a Caixa Econômica Federal, R\$ 500 milhões. E o mais curioso de tudo, como falou um dos colegas da Mesa, é que os deputados, que representam muitas empresas, os que estão no poder, devem aos cofres da Previdência, como vou ler aqui: “dívidas dos parlamentares para com a Previdência: R\$ 3 bilhões”, sem contar as demais empresas, não tão grandes como as que eu citei, mas que, no seu conjunto, devem R\$ 467 bilhões à Previdência.

Então, gente, fica complicado se falar em ajuste quando se deixa a torneirinha aberta e quando sempre recai sobre o trabalhador brasileiro. É muito fácil apertar o menor, o trabalhador não tem *lobby* para fazer em Brasília e, quando o faz, faz através das

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

centrais – e agora querem enfraquecer as centrais também. Parece que está tudo muito junto: se mexeu na reforma trabalhista, se tirou poderes dos sindicatos, que fortalecem as centrais, e por aí a coisa vai. Então, o trabalhador está cada vez tendo menos grito, menos voz em Brasília. Não é à toa que se fez a precarização, através da terceirização generalizada da mão de obra, tudo tem aí um foco em cima do trabalhador que, com certeza, com essas mudanças da reforma trabalhista e da reforma previdenciária, vê cada vez mais longe a sua tão esperada aposentadoria, esperada e digna. Então, acho, sim, que devemos trazer aqui, à luz de nossos conhecimentos, essa situação em que nos encontramos de tremenda exploração da mão de obra do trabalhador brasileiro e, infelizmente, eu não consigo desvincular uma questão da outra, como sindicalista, como eu falei, e esperamos ainda que se possa fazer essa auditoria sobre a previdência em tempo e que se mostre para a sociedade brasileira aquilo que realmente está acontecendo; o nosso problema é econômico, ele passa longe de ser o trabalhador que já contribui de forma direta, assim como todos nós contribuimos e não temos como não contribuir na hora que consumimos, 45,67% é o que pagamos de tributos, então estamos sendo penalizados duplamente ou triplamente como se fala. Então, agradeço mais uma vez ao Ferronato pela oportunidade e sempre que tiver um assunto tão em voga que nos convide para que possamos contribuir com a Mesa. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Airo Ferronato): Vamos passar a palavra ao Altemir Feltrin da Silva que é o Presidente do Sindifisco/RS, logo após para o Dr. Gilberto Schäffer, Presidente da Ajuris. Os Vereadores podem se pronunciar quando quiserem, após o Dr. Gilberto nós temos inscrições do Eroni Izaias Numer e da Marisa da Silva. Se mais alguém quiser se inscrever, ainda temos um pequeno espaço.

Com a palavra o Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Rio Grande do Sul, Sr. Altemir Feltrin da Silva, colega e amigo de longa data.

O SR. ALTEMIR FELTRIN DA SILVA: Boa noite a todos, uma saudação especial ao amigo e colega Airo Ferronato que neste momento preside esta Audiência Pública sobre assunto tão relevante para a nossa sociedade brasileira neste momento; gostaria de, em

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

seu nome, saudar a todos os companheiros de Mesa e a todos nós que estamos aqui dedicando uma noite de segunda-feira a discutir um assunto tão sério. O nosso Presidente do Sindifisco/Rs não se encontra aqui no momento, porque está em Brasília, já trabalhando essa questão da reforma, mas a gente não pode deixar de comentar que de reforma só tem o nome e a força de expressão. Nós não estamos falando de uma reforma, nós estamos falando do absoluto desmonte do sistema previdenciário do nosso País, nós estamos falando de um engodo, nós estamos falando de um golpe absurdo na cidadania e nos trabalhadores. Já foi falado aqui, pelos outros colegas, sobre as questões relativas a pontos específicos como, por exemplo, regra de tensão. Que regra é essa? Um exemplo prático: um casal de professores, não é regra, mas, em tese, as mulheres vivem mais do que os homens, portanto o grupo de viúvas normalmente quando a gente vê aqueles ônibus turísticos o grupo de viúvas é bem maior do que o grupo de viúvos, essa viúva, em tese, deveria ficar com a pensão do falecido esposo, isso não mais vai acontecer, mesmo que os dois tenham contribuído por mais de 30 anos, por uma vida inteira de trabalho, eles vão ter que optar, aquele que sobreviveu vai ter que optar: ou fica com o seu salário, sua aposentadoria, ou a pensão do seu falecido esposo ou esposa. Que regra é essa gente?! Isso é totalmente absurdo, totalmente insensível. E, mais, já foi falado aqui também, mas que moral tem este nosso Congresso Nacional para falar de reforma? Se nós queremos falar de reforma, vamos conversar sobre reformas que realmente venham ao caso neste momento, vamos falar sobre a reforma política. Por que nós não estamos tratando, aqui neste espaço, da reforma política tão necessária ao nosso País? Por que nós não estamos tratando da reforma tributária? Como já foi dito aqui pelo colega Joarez, nós temos bilhões e bilhões de reais sonogados no nosso País, e, ao invés de se procurar fortalecer as instituições que tem que correr atrás desses valores, tem que correr atrás desses recursos, tem que propiciar maior justiça fiscal... Por que não se falar em tributação de grandes fortunas? Não! É muito mais fácil falar de penalizar o trabalhador. O trabalhador urbano, o trabalhador rural, o servidor público. É uma proeza interessante, esse Governo conseguiu trazer praticamente uma unanimidade, nós temos que ter toda a sociedade voltada contra esta pretensa e chamada reforma neste momento. Já foi falado aqui também do movimento realizado no dia 28 de abril, um movimento nacional chamado de Greve Geral, mas acho que foi mais do que uma greve

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

geral, foi praticamente uma parada do País, nós tivemos a felicidade de colocar, aqui na esquina democrática, um caminhão, com um telão, passando um sistema, que é a Fenafisco, a Federação Nacional dos Fiscos Estaduais colocou, se vocês acessarem o site lá nós temos o chamado radar da previdência, lá nós temos a foto de todos os deputados federais que já manifestaram e autorizaram a sua opinião pela reforma, não só os que são contra, mas também os que são a favor, porque, mesmo dos que são a favor, eu acredito que deve se entender o posicionamento, o que não pode ocorrer é ficar se escondendo. O ente político não tem o direito de esconder do seu eleitor, das pessoas que deram o seu voto de confiança e o colocaram nas casas legislativas, ele não tem o direito de esconder o seu posicionamento, ele deve abrir o jogo se está a favor ou se está contra a reforma e se expor para isso. A política vive de voto, nós vamos colocar *outdoors* nas cidades das bases dos deputados federais, e eu acho que é muito importante o povo esclarecer e divulgar, porque, quem votar a favor desse absurdo, não pode voltar, não pode se eleger nem para síndico de prédio. Eu acho que isso é fundamental neste momento. (Palmas.)

E, outra coisa, essa história de ficar remendando essa proposta não cola. Essa proposta não tem conserto, por mais que se queira tentar remendar, fazer reunião, incluir isso, incluir aquilo. O que nós estamos vivendo é um momento político absurdo, onde nós estamos vendo, dia após dia, a compra do convencimento – a compra do convencimento –, os votos só estão aumentando a favor desta reforma através de concessões e de interesses espúrios. Não é possível que fiquemos de braços cruzados enquanto o nosso País vive um momento como este. Amanhã, às 5h da manhã, o Sindifisco/RS e a Afisvec que são as entidades representativas dos Auditores Fiscais da Receita Estadual estarão no aeroporto, mostrando a cara e conversando com os nossos Deputados que deverão estar lá embarcando para Brasília. Nós estaremos mostrando para eles o nosso descontentamento e fazendo toda a pressão que nós podemos e devemos fazer neste momento. Eu acho que não é um momento em que nós possamos ficar calados. Nós temos que nos mobilizar. Se o povo brasileiro não se mobilizar nesse momento a coisa ficará muito pior do que já está. E, já foi muito falado, nós estamos diante de uma pretensa reforma que fala em déficit. Ora bolas, que déficit é esse? Vamos analisar os números de quem realmente conhece, que é a nossa Anfip e já foi aqui tão divulgado pelo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

nosso querido presidente Wilson Romero, que déficit é um engodo, não existe. E nós vivemos diante de uma propaganda enganosa, criminosa, que tenta imputar aos trabalhadores uma responsabilidade que não é sua.

Senhores, senhoras, nós devemos cobrar o comprometimento dos parlamentares. Muitos desses parlamentares, que estarão responsáveis por votar essa reforma, como também já foi dito, são, inclusive, representantes de empresas devedoras da própria previdência. Sem falar nos envolvimento com acusações, envolvimento nos mais diversos crimes cometidos contra a República. Não é possível que nós vamos ficar de braços cruzados e ver isso acontecer no nosso País. Eu espero que o povo brasileiro acorde, o trabalhador rural, o servidor público, o professor, o policial, enfim. Toda a classe trabalhadora desse País, porque se a gente não se mexer e fizer alguma coisa nesse momento as coisas continuarão acontecendo e o nosso País vai de mal a pior. Era esse o recado que eu tinha no momento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airto Ferronato): O Sr. Gilberto Schafer, Presidente da Ajuris, está com a palavra.

O SR. GILBERTO SCHAFFER: Boa noite, faço uma saudação especial ao Presidente da Mesa, Ver. Airto Ferronato, especialmente pela importância que as Câmaras Municipais, que o poder político local tem nessa discussão da previdência. Saúdo os Vereadores que estão aqui. Porque é importante que a gente comece discutindo os impactos dessa reforma nos municípios.

Essa reforma, Ver. Airto Ferronato, tem um impacto, sem sombra de dúvida – e aí eu até me corrijo, e para secundar os que me antecederam – não é reforma, é desmonte. Esse desmonte tem um impacto muito grande nos municípios, principalmente, nos pequenos municípios, porque ele faz um arraso nas aposentadorias rurais, especialmente.

Eu queria fazer uma saudação especial ao presidente da Anfip, o Wilson Romero, porque os subsídios da Anfip, o material que a Anfip tem divulgado tem sido fundamental para desmistificar esse desmonte, a questão atuarial. Todos sabemos, e aqui foi repetido à exaustão, que não tem nenhum cálculo atuarial. Quem assistiu à audiência de votação do relatório, se deu conta de que aquilo ali não podia ser sério, que aquilo ali não tinha

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

substrato em números, que simplesmente, podia subir um ano a mais, dois a menos, que não tinha importância. E de fato, qualquer pessoa que tenha um mínimo de informação, e aqui todos são muito bem informados, sabe que nós estamos poupando, e é verdade, se você diminuir os direitos, você poupa! Que nós estamos poupando em cima das costas de quem faz o Brasil, de quem faz o Estado, e de quem faz a sociedade, do trabalhador e de todos que organizam o Estado.

Eu ouvi alguns Deputados, e eu falo da minha Associação, que, com muito orgulho eu presido, a Ajuris, e também de outra associação, que também faz uma interlocução muito importante que é a União Gaúcha, em defesa da previdência social e pública. Nós contribuimos no Estado do Rio Grande do Sul, no ente federativo, Estado, com 14% dos nossos rendimentos! E vem falar que as regras de transição anteriores que foram estabelecidas não valem mais nada! Segurança jurídica nenhuma! Segurança jurídica é só para o capital financeiro! Segurança jurídica é por contrato, feita muitas vezes com exploração do povo! Nós queremos uma segurança que também permita que você faça o que tem de mais importante na vida do homem, que é projetar a velhice; que é se amparar, quando ficar doente; que é, quando estiver na ausência, qualquer pessoa com um mínimo de bom senso, vai dizer: nossos filhos e companheiras, companheiros vão estar na rua da amargura, dependendo a época que falecer, porque vai haver um corte brutal nas pensões. Eu tenho certeza que vários vão fazer sistemas que vão enriquecer o banco, porque vão ter que fazer uma espécie de seguro privado. Mas tenho certeza que muitos não vão poder fazer. São com esses e com todos nós que me preocupo. Me preocupo porque o juiz precisa ter segurança para poder tomar decisões que, muitas vezes, sequer são populares, porque ele tem que fazer, às vezes, o papel contramajoritário. Realmente é um desmonte, realmente é algo que em nenhum momento eu ouvi: “temos que proteger direitos”. “Ah, temos que pagar!” Mas vamos pagar um salário mínimo para todos? Obviamente, tirar direitos assim... Aí paga para sempre. Poderia até aumentar a base... Porque está diminuindo de tudo que é jeito.

Essas regras de transição – é uma palavra que está na moda, é uma palavra difícil que só nós compreendemos - são draconianas, pois, quando a pessoa vai alcançar o direito, tem que trabalhar mais um tanto. Então, se mente descaradamente. Essa reforma está sendo feita com base em mentiras. E qual é a dificuldade? Como é que a gente negocia quando

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

o interlocutor não fala a verdade? Porque, primeiro, você muda a forma de fazer os cálculos. Realmente, vai para cem por cento das tuas contribuições, qualquer um, de uma correção que você sequer sabe como vai ser corrigido. E eu estou falando aqui tanto para o regime próprio como para os regimes gerais de previdência. Todos sabem que vai achatando, achatando, achatando quase até desaparecer.

Então, nós, da Magistratura, somos parceiros, nós pedimos, Vereadores, que esta Câmara se manifeste. E o que vocês estão vendo aqui é que como alguém, com baixa popularidade, consegue passar uma reforma desse tipo. O núcleo econômico, alguém que não tem a legitimidade das urnas, está sendo o Presidente. E no dia 28, quando nós fomos fazer um ato em frente ao Tribunal do Trabalho, em nenhum momento eu vi uma ponderação, não vi uma crítica, só que a reforma é necessária. É necessária para quem? Para o povo que está esperando que os seus direitos sejam protegidos? Então nós precisamos, Vereadores, que esta Câmara também se manifeste, participe além deste debate, porque nós temos certeza da interlocução dela com os políticos nacionais. E nós esperamos que o Estado brasileiro consiga sobreviver depois disso. O Estado é uma instância necessária, porque é ele que pode realizar as equalizações necessárias para a vida de todos, senão nós não estaríamos discutindo isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airtó Ferronato): Nós já aprovamos aqui na Câmara, em torno de um mês, uma Moção, que já encaminhamos a Brasília, contra a reforma da nossa previdência. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Boa noite. Nós temos que agradecer essa aula. Porque é um grande tecido que foi aberto aqui. Nós, Ver. Airtó Ferronato, além da Moção, aprovamos aqui a Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública. E é nesse sentido – vou fazer uma fala curta, mas se alguém quiser comentar, como o Presidente da Ajuris já levantou um dos elementos – que, propositalmente, esse debate... Eu quero dizer que nós tivemos um seminário com Dalvin, atuário nosso, aqui do Município, que vocês devem conhecer, que também fala do tema “a nossa reforma”; não é bem uma reforma, é uma mudança de contribuição, pois não tem cálculo atuarial, e é muito importante mostrar isso, pois fica muito claro que é um confisco de salário, de previdência.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

Vários elementos foram trazidos aqui, mas me chamou atenção um tema que precisamos trabalhar mais na divulgação. O debate fica nos quantos anos que se vai se aposentar e quantos anos vai se ter que contribuir. E tem outras medidas que são draconianas, porque ninguém, mesmo que se faça grandes esforços e vá até os 70 anos, não vai conseguir levar a integralidade, porque tem uma nova fórmula de cálculo, que, se não tiver uma lei ordinária modificando, vai ser a média de todas as contribuições. E a gente sabe da progressividade do salário, se começa com o salário mais baixo... Esse é o novo fator previdenciário embutido.

O tema do teto, o tema da indução para os fundos privados complementares, o nosso entendimento é de que será aplicado para todos.

E o tema da desvinculação, do fim da paridade entre ativos e inativos nos conduz, obviamente, a um achatamento progressivo. A expressão que o Deputado traz é muito interessante: “assim, nós teremos turmas de idosos empobrecidos”. É isto que nós estamos produzindo neste país: empobrecidos e desguarnecidos no momento em que mais precisam recursos, porque vem a doença, enfim. Então, eu queria chamar a atenção de que nós temos que trabalhar esses outros aspectos.

Eu fiz uma fala na segunda-feira, aqui, colocando que está muito centrado, propositalmente, sob a alegação de que é uma contribuição que será dada. Há pessoas que dizem que está tudo bem contribuir um pouco mais, só que as novas regras de transição estão extremamente complexas e engendradas. Eu concordo plenamente com a sua fala no sentido de que não há nenhuma segurança jurídica, pois não tem um planejamento a curto e médio prazo para que a gente possa se situar.

Mas, voltando às regras de transição, quero dizer que elas são ilusórias; elas têm um atenuante ou outro, mas elas adotam a mesma nova fórmula de cálculo. Pelo menos assim nós entendemos. Então, ninguém escapa, a não ser que já esteja aposentado. E, mesmo assim, vai pegar o fim da paridade. Então, penso que devemos trabalhar mais esses elementos de informação.

Finalizo, dizendo que nós estamos muito contentes com a unidade das centrais sindicais. Essa unidade é extremamente necessária. Está-se revogando completamente a tutela do trabalho e da previdência, então acho que nós precisamos reagir. A população já começa a reagir, mas temos que ficar atentos, pois a votação é iminente. Então, com relação a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

esses outros elementos que deixam muito claro, por exemplo, que ninguém mais leva o seu último salário, o conjunto do que investiu, parece-me que ou nós nos mexemos ou o Brasil continuará a fazer uma outra opção voltada, sim, para o sistema financeiro, já que tem que combinar com outras medidas, como o teto para políticas públicas, por exemplo. Quer dizer, não são poucos os ataques.

Eu quero parabenizar essa excelente Mesa, Ver. Airto Ferronato, dizendo que, mesmo que nós não sejamos uma grande quantidade, a gente vai formando massa crítica, vai ajudando a construir consciência e mobilização. O povo brasileiro precisa retomar o seu protagonismo e a inteireza e a profundidade da democracia neste país. Parabéns a todos nós. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Airto Ferronato): O Sr. Eroni Numer, Auditor-Fiscal da Receita Estadual e ex-Secretário Municipal da Fazenda, está com a palavra.

O SR. ERONI IZAIAS NUMER: Boa noite. Ferronato, parabéns e obrigado por propiciar esse debate; parabéns e obrigado a vocês que estão aqui. Esse é um desafio que a gente tem e que começa pela necessidade de divulgarmos o que está acontecendo, para que a gente possa, em outras oportunidades, encher esse plenário para fazer essa discussão, porque as pessoas não estão se dando conta do que está para acontecer nas suas vidas atuais e futuras. Esse, talvez, seja o nosso principal desafio nesses primeiros momentos. A questão já foi debatida amplamente, e por isso eu quero, talvez, pegar um outro viés aqui, que é a questão social. Debateu-se sobre a idade, principalmente para as pessoas que terão a necessidade de trabalhar, na melhor das hipóteses, até os 65 anos, para adquirir a aposentadoria integral, e eu pergunto o que vai acontecer diante de um número, hoje, de aproximadamente 14 milhões de desempregados, quando alguém disputar a vaga de emprego com idades tão diferenciadas, por exemplo, 50, 55 anos, para poder trabalhar mais 10 ou 15 anos para se aposentar, com um jovem de 30 anos que faz o mesmo trabalho evidentemente com mais vigor físico, disposição e, provavelmente, com um salário menor? Então, vejam como será, nessa questão social, a desigualdade, sem contar que nós teremos uma grande faixa de desempregados que dependeriam,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

necessariamente, de um apoio da previdência para serem sustentados e sustentarem as suas famílias. Acho que esse é um ponto que nós temos que refletir.

Voltando para a questão do chamado rombo da previdência, nós temos duas informações: uma que vem daqueles que querem essa reforma ou desmanche da previdência; e temos os números dos técnicos, extraídos dos próprios controles contábeis do governo, a Anfip, que apresenta números diferentes. Qual está certo? Eu diria que os dois estão certos. A Anfip aponta, com propriedade, que nós não temos déficit da previdência, nós temos superávit; e o governo também está certo, primeiro porque pega só uma parcela das receitas, e, segundo, ao dizer que faltam recursos para o pagamento dos benefícios. O que falta então discutir é por que faltam esses recursos? E aí nós entramos naquela forma de gestão que não deveria ser aplicada. Temos, em primeiro lugar, a DRU, que não vem de agora, embora tenha trocado de nome, em que os recursos da previdência são retirados da previdência para obras públicas, como a ponte Rio-Niterói, a estrada Belém-Brasília, a Transamazônica. A própria construção de Brasília foi sustentada com recursos da previdência, recursos que não voltaram e não voltarão. Se esses recursos retornassem, nós não estaríamos aqui discutindo a questão de déficit da previdência, estaríamos todos sorrindo e com outras preocupações muito mais agradáveis do que essa.

Mas eu quero colocar mais alguns pontos, porque é importante. A gente tem que tomar cuidado, porque esse jogo é muito perigoso e requer algumas atenções para que a gente não caia em armadilhas. Eu quero saudar aqui, porque estamos todos nós - sindicatos da iniciativa privada e servidores públicos - unidos, usando uma só palavra, finalmente estamos unidos. Porque nós não somos inimigos. Mas como eu ia dizendo a gente tem que tomar cuidado porque quem quer esse desmanche vai promover sim a tentativa de novamente nos afastar.

E aí uma questão importante que eu coloco - e eu ouvi aqui, principalmente o Marcelo dizer isso: nós temos que combater distorções. Sim, temos que combater as distorções. A reforma da previdência é necessária para que a gente corrija essas distorções, mas nós temos que tomar cuidado para que a gente não restrinja isso à questão salarial. Claro que os grandes salários têm que ser combatidos, mas nós não podemos esquecer que estamos num regime de previdência que é sustentado, obviamente, com recursos, e

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

esses recursos são frutos de contribuições. Então, a contribuição é que vai valer. Se temos altos salários, em regra, contribuimos mais, e esses altos salários talvez sustentem melhor a previdência. Todos têm que participar, todos têm que contribuir. Então, esse bolo que a gente forma, na previdência, é que vai dar sustentabilidade dela ao longo dos anos. Então, eu acho que nós precisamos, todos, verificar exatamente o que nós precisamos fazer.

E aí eu queria tomar um último viés, dos senhores, e talvez ficar chato. Mas antes do último viés quero concordar com o colega dos contabilistas que me antecedeu, quando falou sobre a questão da lista dos devedores, falou ainda na DRU. Só a DRU, neste ano, autorizado 30%, só ela, calculado, atinge valor superior ao chamado déficit da previdência, fora as isenções e benefícios fiscais que atingem em torno de 60 bilhões. Só aí já teríamos confirmado o superávit. E aí vem o ponto que quero chegar: na dívida de mais de 450 milhões de empresas. E nós ouvimos, ainda, quando o Ministro Meirelles falou sobre o dia do nosso grande movimento, a parada do Brasil, que foi um movimento pequeno, e aí perguntou o repórter para ele: “Mas e a dívida da previdência?” E ele disse: “Não, essa dívida da previdência não é assim tão significativa; no máximo, se a gente conseguisse cobrar, ela cobriria dois anos, dois anos e pouco do déficit da previdência” Dois anos, dois anos e pouco do déficit da previdência, dito por eles mesmos, estaremos falando em 280, 300 bilhões de reais. Eu, sinceramente, como oriundo da área de finanças, não desprezo essa quantia de recursos, 300 bilhões, num cofre da União, que dirá nos estados e nos municípios, é um valor muito significativo. Eu fiz, Prof. Schafer, um cálculo, e aí, comparando o setor privado e público, sobre a nossa previdência, e fiz o cálculo não considerando já os 14, considerando ainda os 13,25, que nós, servidores do Rio Grande do Sul, pagamos para a previdência, porque a gente discute muito o déficit, e aí eu fiz um calculozinho: um servidor que ganha 20 mil reais por mês contribui 13,25 todo mês, e o estado contribui com os outros 13,25, o que dá 5.300 por mês. Uma aplicação simples, sem considerar os cálculos atuariais que são por demais complicados, uma aplicação simples, de alguém que põe num determinado organismo, instituição financeira, e não estou defendendo aqui que a gente cria previdência privada nos bancos, porque nós ficaremos igualmente sem recursos depois, a não ser que nós tenhamos o controle, se nós aplicarmos isto a 1% ao mês, 1%, que isso é fácil de conseguir, porque esses

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

recursos ficarão 35 anos sem serem mexidos, nós chegaremos, ao final dos 35 anos, com 34 milhões de reais numa conta individualizada, isto considerando a parte patronal e a parte do empregado, no caso servidor público. Esses 34 milhões, se nós dividíssemos pelo salário de 20 mil reais, nós conseguiríamos nada mais nada menos do que pagar 2.556 meses de aposentadoria. Então, eu não consigo entender onde está o déficit, a não ser que alguém tenha metido a mão nesse dinheiro. Vamos desconsiderar a parte patronal – essa parte patronal que seja encaminhada para outras aplicações também da seguridade social –, se pegássemos apenas a parte do empregado, do servidor público, nós poderíamos pagar, nada mais nada menos, do que 852 meses, ou seja, 71 anos depois dos 35 de contribuição, isso se nós pegarmos o valor e simplesmente dividirmos pelo salário; mas numa regra monetária, onde o saldo fica aplicado, tu tiras apenas o teu salário e o saldo fica aplicado aos mesmos 1%, senhores, sabem quando termina esse dinheiro? Nunca! Nunca, porque o valor que tu retiras é menor que 1%. Se nós colocarmos mais do que retiramos, ele não acaba nunca, então não existe possibilidade, salvo que desviando dinheiro da previdência, que a previdência seja deficitária. Isso considerando apenas um dos itens, sem considerar que a seguridade social é muito maior, e a mesma regra vale para o setor privado, só que no setor privado temos o teto de R\$ 5.531,00. Neste exemplo, que a contribuição sai de 11%, pegando também o exemplo somente da parte do empregado, nós poderíamos, depois dos 35 anos, 59 anos de contribuição, da mesma forma ele se torna infinito se aplicarmos a regra tirando o salário de R\$ 5.531,00, porque o saldo que ficaria lá é de três milhões novecentos e pouco, então ele renderia R\$ 39 mil, e nós tiraríamos R\$ 5.500,00; então esse recurso não tem fim. É preciso que isso seja divulgado, que a gente coloque, é um calculo matemático muito simples, sem considerar outros fatores e outros incrementos da seguridade social. Então, eu quis dar um outro viés para essa parte da previdência, mais dedicado aos cálculos, porque, quando a gente fala em déficit, sempre vem a questão dos números, e a gente precisa, sim, desmistificar. Essa guerra é grande, é importante, e se nós não nos unirmos todos, nós iremos infelizmente sucumbir a ela, porque o poder que está colocado é inexplicável naquele Congresso Nacional, é uma força que a gente não consegue compreender, embora a gente saiba de onde ela pode estar vindo. Era isso o que tinha para dizer. Muito obrigado. (Palmas.)

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

O SR. PRESIDENTE (Airo Ferronato): A Sra. Marisa da Silva, do Fórum Estadual de Mulheres Negras e ex-Presidente do Codene – Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, está com a palavra.

A SRA. MARISA DA SILVA: Boa noite, ao cumprimentar o Ver. Ferronato cumprimento todos vocês, quero dizer que, cada vez que eu participo de um debate, a gente aprende mais para poder ter argumentos para conversar com as comunidades, eu sou dos movimentos sociais, eu sou do movimento comunitário, do movimento negro, do movimento de mulheres, sou feminista, e a gente tem debatido muito. Na semana passada, a gente teve um debate das mulheres negras com a advogada Marilinda, que passou muito na questão do quanto essa reforma vai prejudicar as mulheres. Eu discordo um pouquinho sobre a questão dos altos salários, a maioria que contribui para a previdência é quem ganha um salário mínimo ou um pouquinho mais do que o salário mínimo, porque a maioria do povo brasileiro recebe um pouco mais do que o salário mínimo, são poucos os que recebem muito ou muito bem aqui no Brasil, a maioria dos brasileiros recebe um pouquinho mais do que o salário mínimo e serão os mais prejudicados com esta reforma que tem aí. Para mim, nessa questão da reforma da previdência, eu fico um pouquinho... Eu acho que tinha que ser debatida junto com a reforma trabalhista, porque se passar a reforma trabalhista do jeito que está, a gente não vai chegar nem a se aposentar, porque é uma reforma que vai nos deixar doentes, as mulheres já têm a terceira jornada de trabalho, trabalham o dia inteiro e chegam em casa e ainda têm todos os afazeres. Então imagina agora com essa questão de trabalhar mais horas, jornada de 12 horas, e, outra coisa, ter que negociar com o patrão. Onde já se viu trabalhador negociar com patrão. O patrão vai dizer o quê? Tá bom assim ou está na rua! E aí, o que eles fizeram também? Tiraram o imposto sindical. São os sindicatos que poderiam estar negociando pelo trabalhador. Quando somos demitidos, aonde a gente vai? No sindicato, para fazer as nossas contas. Imagina ir para frente do patrão e negociar com ele. É uma retirada de direitos de todos os lados, e aí eu digo que estamos impotentes para rebater isso. A gente tem uma propaganda na televisão do Governo Federal, não sei se vocês já viram, que diz que, se não tiver essa reforma, nós não vamos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

ter como receber quando estivermos aposentados, e quem já está aposentado está pensando que, daqui a pouquinho, se não fizerem a reforma, vai ficar sem receber. O meu padraço chegou e me disse; “Não; tem que ter essa reforma, senão como eu vou receber o meu salário?” Quem está aposentado está com medo de não conseguir receber mais, tanto é o terrorismo que o Governo Federal está fazendo. Eu ouvi muito falar na questão de que este Congresso não é legítimo para votar essas reformas; não era legítimo também para fazer o *impeachment* numa presidente da república, e fizeram, e foi aceito, por uma boa parte da sociedade, de repente por muitos que estão aqui hoje também. Achavam que “não, vai ser um grupo só que vai ser atingido, mas nós não vamos ser”. A Fiesp patrocinou isso, para botar esse Presidente para fazer exatamente isso. Esse Congresso não está nem aí se a gente for lá e fizer uma “bafão” lá, porque eles estão ali para isso, eles foram colocados, eles ganharam dinheiro, se elegeram para fazer exatamente o que eles estão fazendo lá. O caixa dois de campanha para quem foi? Eles davam lá R\$ 1.000,00 para o Ferronato, R\$ 10 mil para o outro com mais chance de conseguir se eleger, por isso a gente tem pouca representatividade lá dentro. Dia 17 eu estava em Brasília, e as pessoas não tinham vergonha de dizer que estavam votando pela sua mulher, pela sua família, pelo seu filho, eles não tinham vergonha de dizer isso, porque é por isso que eles estão lá, para defender os seus interesses, não é para defender o interesse do povo. Então, toda vez que a gente para nesta questão, eu acho que a gente não tem que comprar a questão da mentalidade dos deputados e sim do povo, o povo está sem informação, e a hora que o povo tiver informação, o povo vai com força; os sindicatos e nós temos que levar essa informação. De que forma que a gente vai romper essa barreira? É isso que eu quero deixar para vocês pensarem: de que forma a gente vai dizer para o povo o que está acontecendo, o que está em jogo. Senão vai passar e, daqui a dois anos, o povo vai votar de novo, e quem tem condições de pagar uma boa campanha... Porque não pensem que vai sair a reforma política do jeito que a gente quer, não vai sair, e esse povo vai estar lá de novo, e, se não fizerem agora, eles vão fazer na próxima, porque eles já sabem o que está acontecendo, o que está em jogo. Então é isso, de que forma a gente vai romper isso, sendo que a gente tem um Governo que tem a máquina pública na mão, inclusive, gente, tá saindo propaganda do Governo até em canal fechado, até em canal fechado, e eu não consigo ver o outro lado se

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

expressando, e a televisão pega muito mais gente, as pessoas escutam e tem uma única verdade, e aí eu vou dizer para vocês: vamos abrir essa caixa branca, porque não foram os negros que fizeram essa caixa aí, vamos abrir essa caixa branca e daí sim a gente vai saber o que está acontecendo: se tem um rombo, a gente quer saber quem foi que roubou para devolver, para não ficar igual às empresas que fazem delação e o dinheiro fica tudo para elas, que são as que mais prejudicaram o povo, são as empresas que pagaram para esses políticos fazerem o que estão fazendo. Era isso. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Airo Ferronato): O Sr. Antônio Elisandro de Oliveira, Presidente do PSB de Porto Alegre, está com a palavra.

O SR. ANTÔNIO ELISANDRO DE OLIVEIRA: Boa noite a todos e a todas, quero cumprimentar o nosso Ver. Airo Ferronato e os demais membros da Mesa, parabenizar pela iniciativa, Vereador, da mesma forma a todos que expuseram aqui esse brilhante conteúdo que com certeza se somará nas nossas informações, como já foi dito, e na nossa motivação, nossa automotivação, para enfrentar essa batalha. Eu quero fazer brevemente apenas duas reflexões muito práticas, a primeira é que todo processo, por mais negativo que ele se apresente, sempre tem os aspectos positivos, e aqui já foi citado a questão da unicidade das federações, dos sindicatos – eu também me somo –, mas tem uma imensa unidade na população brasileira a respeito desse tema. No meio político, para além dos sindicatos, independente da fragilização e da heterogeneidade, da divisão dos partidos, esse tema unificou todos aqueles que acreditam, no meio político, eu repito, que o Estado tem o papel sim, como está previsto na Constituição, de dar proteção ao trabalhador, de garantir a previdência. O que a gente está assistindo em Brasília é que aqueles poucos na sociedade, no mundo político, que se alinham a esse pensamento, estão do lado daqueles que defendem a supremacia do mercado, da perspectiva que, com certeza, o capital financeiro deve ter, de aumentar a demanda, por exemplo, pela previdência complementar. Então, me parece que tem aí um potencial, no mínimo, ou uma fortaleza, que é um grande envolvimento, uma grande adesão, um grande

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

posicionamento da sociedade e das forças políticas também que têm essa compreensão de Estado.

Para finalizar, a Marisa tocou um pouco no tema da minha segunda reflexão, e outros aqui também, eu não quero me deter em toda aquela cena que a gente está vendo em Brasília, mas eu ouvi o pessoal comentar aqui; Vereador, os nossos dois parlamentares lá, o Deputado Heitor, gaúcho, e o Beбето, da Bahia, ficaram horrorizados na Comissão, quando havia o compromisso de se fazer demonstração do déficit, do cálculo atuarial, em que pese todo esse açodamento e essa forma que está vista, a olhos nus, um atropelamento do processo, e até mesmo a ilegitimidade, mas é o Congresso que temos. Por outro lado, há uma habilidade – até mesmo do nosso Presidente, no momento que veio muito da base do Congresso – trabalhando essas duas reformas de uma forma muito criteriosa, inclusive com os prazos, agregando adesões na medida em que a proposta originária foi já, sob vários aspectos, alterada para se tornar mais palatável, para ter um certo eufemismo. Isso mostra que tem margem, inclusive porque toda a projeção é feita no cenário de uma crise que nós, talvez, só na grande depressão de 1929 vivenciamos, mas toda a nossa história de desenvolvimento do País e de outras nações mostra que no capitalismo essas crises não vão permanecer, então isso teria que ser demonstrado numa projeção de cálculo atuarial. Se a reforma trabalhista nos torna frágeis neste momento, ali adiante a reforma da previdência sucumbe a essa fragilidade, e a própria reforma trabalhista está servindo como termômetro da capacidade do Governo de aprovar isso no Congresso. Então, acho que sim, nós precisamos fazer valer esse potencial que se tem na sociedade e aí, bom, se existe essa opinião majoritária, a gente vê até nas pesquisas de aprovação ou reprovação do Governo, por que tem se encontrado algumas dificuldades, como na noite de hoje? Mesmo a greve do dia 28, com todo o êxito que teve, foi muito pela vanguarda dos sindicatos, pelas ações que tomaram, porque a adesão da sociedade foi em parte – até dadas as recentes mobilizações que a gente viu nos últimos anos. Já foi dito aqui, Vereador, que se fez uma moção na Câmara – está muito bem, parabéns –, mas eu acho que a gente deveria aqui aguçar as nossas ideias no sentido de que a gente precisa dar um passo, ou alguns passos, em direção à sociedade, para mobilizar esse microcosmo da vida privada, que hoje se mobiliza muito mais pelas redes sociais, e os sindicatos têm sido muito felizes em fazer didaticamente, fazer vídeos, e

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

alguns foram demonstrados, mas como a gente irradia isso para outras câmaras, para os partidos políticos para outras organizações da sociedade? Eu vejo um avanço do Governo – me corrijam se eu estiver equivocado – entre o começo desse debate e hoje, e aqui reafirmando o que foi dito por alguns, que o que está em discussão para aqueles que reafirmam tudo aquilo que foi dito hoje é não permitir que essa proposta seja aprovada ainda que com todas as mudanças que já foram feitas e que possam vir a torná-la mais aceitável pela população. Eu acho que nós podemos, sim, Vereador, tirar alguns encaminhamentos nesse sentido, desta audiência, de dar visibilidade, de estimular outras câmaras, enfim, para que a gente possa ter a sociedade... Não sabemos se em 2018 teremos eleição, mas esperamos que sim – até disso a gente ouve notícia lá do Congresso, de que pode não acontecer, o que será o fim da picada –, e, se houver, apenas o conflito e a população na rua se manifestando é que podem fazer com que essa tendência seja revertida. Obrigado. Parabéns mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Aírto Ferronato): Registro as presenças da Anelise Jacques da Silva; do Leonardo Porto Pereira e do Olivério Nunes Bolina, do Pró-Efetivo-BM.

Elisandro, encaminhe a proposta no sentido de que se divulgue e de que se incentivem novas audiências em todos os Municípios. Nos Municípios aqui do Estado, vamos fazer o encaminhamento, e outro encaminhamento é de que nós aqui tenhamos a possibilidade, todos nós, das nossas instituições, de dar uma ampla divulgada naquilo que nós definimos e defendemos.

Para concluir, primeiro quero deixar aquele abraço a todos que estão conosco, dizendo da importância desse evento. Como eu falei, tínhamos convidado 26 entidades e devemos ter, no mínimo, 15. Com relação ao projeto do Governo, tenho um parêntese a fazer, tenho dito o seguinte: a proposta apresentada foi trágica; com aqueles dados todos encaminhados, com aquela ideia dos 49 anos, mais 65, teríamos gente com 100 anos e ainda batalhando na busca da aposentadoria integral. Eu também tenho dito que, se a proposta foi trágica, os remendos da proposta pioram cada vez mais. Tem algum avanço em cada negociação que se encaminha lá, mas sempre tem alguma coisa altamente danosa no meio daquilo que se encaminha, ou seja, que se propõe para buscar a aprovação. Eu tenho dito que é criminosa a ação do Presidente da República e dos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
005ª Audiência Pública 15MAI2017
Pauta: Reforma da Previdência Social

Deputados, merece cadeia, talvez, eu nunca vi coisa igual – aconteceu no mensalão, acontece agora. Agora se vota assim: “tu votas favorável, e eu, em troca, te dou uma emenda para comprares voto no teu curral eleitoral”, isso é crime em qualquer País sério do mundo. Não é possível que uma reforma desse tamanho, que vá prejudicar centenas, milhares de brasileiros, agora e nas futuras gerações, os caras negociam voto a troco de banana: “prejudica umas cem milhões de pessoas e eu te dou uma emendinha”. Uma coisa dessas merece cadeia, eu não sei como não se manifestam, e o que é pior, a mídia divulga isso como positivo – “que maravilha está acontecendo, que conquistas estão se alcançando”. Acho que é uma coisa que temos que parar, dar uma pensada e ver de que maneira nós seguramos isso, não é possível.

Por outro lado, Feltrin, tu estavas comigo lá em Bento, numa das palestras, citaram a Bíblia, São Mateus, o nosso cobrador de impostos do passado, e, como sempre está sobrando para o mais fraco, foi citado São Mateus: àquele que tem será lhe dado em abundância; mas ao que nada tem, até aquilo que tem lhe será tirado. Acho que é mais ou menos por aí a proposta da previdência social: tirar cada vez mais do povo porque tem que se compensar desvios e outras coisas que acontecem por lá.

Para encerrar a nossa reunião, encaminhamos da seguinte maneira. Nós, aqui na Câmara, encaminharemos para outras Câmaras; e, cada um de nós, para os nossos filiados. Aquele abraço, parabéns a todos e obrigado pela presença. Estão encerrados os trabalhos da presente Audiência Pública.

(Encerra-se a reunião às 21h10min.)